



Número: **5004226-62.2019.8.13.0194**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Coronel Fabriciano**

Última distribuição : **26/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 76.619.454,65**

Assuntos: **Concurso de Credores**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MINERACAO MARSIL LTDA - ME (AUTOR)	
	IGOR PEREIRA ARANTES (ADVOGADO) JOSE MURILO PROCOPIO DE CARVALHO (ADVOGADO) LUIS FELIPE PROCOPIO DE CARVALHO (ADVOGADO) BRAULIO CUNHA RIBEIRO (ADVOGADO) JORDANO AUGUSTO SOUZA FERNANDES (ADVOGADO)

Outros participantes	
DJF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (TERCEIRO INTERESSADO)	
	CRISTIANO DA SILVA DURO (ADVOGADO)
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES. (TERCEIRO INTERESSADO)	
	RODRIGO UCHOA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO (ADVOGADO)
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADO INVISTA CF (TERCEIRO INTERESSADO)	
	FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (ADVOGADO)
TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (TERCEIRO INTERESSADO)	
	TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADVOGADO)
FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA BATISTA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	ELISA MOTA BATISTA (ADVOGADO)
BANCO BRADESCO S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)	
	KELLEN CRISTINA DE SOUZA (ADVOGADO) BRUNNA MELAZZO FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO)
THALES BITTENCOURT DE BARCELOS (TERCEIRO INTERESSADO)	
	ISABELA KASCHER XAVIER (ADVOGADO)
JOTA LESSA PARTICIPACOES LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	

			BADY ELIAS CURI NETO (ADVOGADO) ALINE MAFRA GIFFONI CURI (ADVOGADO)
CASTRO ANDRADE SOCIEDADES DE ADVOGADOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
			BRUNO JOSE DE CASTRO ANDRADE (ADVOGADO)
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7555718074	17/12/2021 15:51	ALTTUS - RMA Marsil - Setembro 2021	Documento de Comprovação

5004226-62.2019.8.13.0194

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

MINERAÇÃO MARSIL EIRELI LTDA.

RMA – SETEMBRO DE 2021

Este Relatório Mensal, inclusive seus anexos, contém informações confidenciais, elaborado exclusivamente para fins da Recuperação Judicial 5004226-62.2019.8.13.0194 - MINERAÇÃO MARSIL EIRELI LTDA. O sigilo de seu conteúdo deve ser resguardado e qualquer forma de utilização, reprodução, retransmissão, alteração, distribuição e/ou divulgação, no todo ou em parte, sem a autorização prévia e expressa, é estritamente proibida.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. A EMPRESA, SUA CRISE E SUA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	3
3. OBJETIVO E FINALIDADE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
4. METODOLOGIA APLICADA	4
5. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
6. ANÁLISE PATRIMONIAL	5
6.1 Balanço patrimonial – Ativo	5
6.1.1 Caixa e equivalente de caixa	6
6.1.2 Contas a receber de clientes	6
6.1.3 Estoques	7
6.1.4 Impostos a recuperar	8
6.1.5 Adiantamento a fornecedores	9
6.1.6 Créditos com partes relacionadas	10
6.1.7 Imobilizado	10
6.2 Balanço patrimonial – Passivo	11
6.2.1 Fornecedores	12
6.2.2 Salários e encargos	13
6.2.3 Impostos a recolher	14
6.2.4 Patrimônio líquido	15
6.3 Demonstrações do resultado	16
6.3.1 Receita operacional líquida	16
7. ANÁLISE FINANCEIRA	17
8. CRONOGRAMA PROCESSUAL	18
9. CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	19
10. CONCLUSÃO	21



## 1. INTRODUÇÃO

Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Administração Judicial, nomeada nos autos da recuperação judicial da Mineração Marsil LTDA - ME, em conjunto com a Alttus D&B Auditoria e Consultoria – EPP, empresa nomeada no presente feito na qualidade de auditor financeiro, representada pelo perito contábil Luís Felipe Daguer Braga, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar relatório de atividades referente ao mês de **setembro de 2021**.

O presente está lastreado em elementos fornecidos pela Recuperanda, analisados em conjunto com a petição inicial e demais documentos acostados aos autos, assim como com os elementos apurados pela administradora judicial e pelo perito, em conformidade com o previsto no artigo 22, II, “c”, da Lei n.º 11.101 de 2005.

A partir deste relatório, o juízo recuperacional, os credores e demais interessados terão acesso às principais informações processuais, financeiras e contábeis da Recuperanda, analisadas conjuntamente pela administradora e pelo perito nomeados pelo juízo.

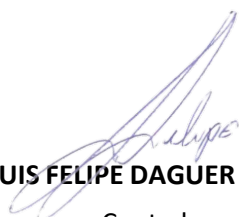
A apresentação deste relatório observará periodicidade regular, abrangendo informações do período anterior à emissão, com o objetivo de complementação e comparação das informações, de modo a viabilizar adequado acompanhamento do quadro evolutivo da empresa.

A administradora judicial reitera, como feito em outras manifestações processuais e extraprocessuais, sua disponibilidade para esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente e compromissada, direcionada para a preservação da empresa com adequado atendimento aos direitos dos credores.

**TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL**

Administradora Judicial

OAB/MG 170.449



**LUIS FELIPE DAGUER BRAGA**

Contador

CRC/MG 110.726/O-2

alttus



2. A EMPRESA, SUA CRISE E SUA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Mineração Marsil LTDA – ME formulou pedido de recuperação judicial em 26 de novembro de 2019, havendo seu processamento sido deferido em 10 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Coronel Fabriciano/MG no processo n.º 5004226-62.2019.8.13.0194.

Fundada em 08 de junho de 1972, a Mineração Marsil atua, principalmente, no mercado de exploração de minério de ferro, sendo seu objeto social a extração e beneficiamento de minério dentro do estado de Minas Gerais, estando atualmente suas atividades minerárias voltadas exclusivamente à jazida de ferro situada nas fazendas Liberdade e São Bartolomeu, localizadas no município de Antônio Dias/MG.

Foram apontadas como causas da crise econômica da empresa as seguintes circunstâncias:

- Mudança do cenário macroeconômico em meados de 2012, de modo que as perspectivas traçadas quando da captação de recursos financeiros restaram frustradas, resultando em receitas significativamente inferiores às previamente projetadas;
- Alterações nas diretrizes ambientais impostas à mineradora devido à modificações na Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) que alavancaram as despesas de sua atividade em período de abrupta queda do preço do minério de ferro; e
- Falecimento de Iracy Parreiras, mentor das estratégias para reestruturação da Recuperanda, que culminou na assinatura de distrato entre a Mlog S.A e a Bocaíuva Participações S.A, desatando as operações previamente contratadas.

Conforme certificado nos autos do processo, em 28/09/2021, instalou-se assembleia geral de credores em primeira convocação. Na ocasião, o plano de recuperação judicial e seu respectivo aditivo foram colocados em votação, havendo sido aprovados.

Segue abaixo linha do tempo, na qual é possível identificar os principais atos ocorridos na recuperação judicial:



### 3. OBJETO E FINALIDADE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES

O presente relatório tem por objetivo analisar a contabilidade da Recuperanda, a partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício relativo ao mês de **setembro de 2021**.

A análise foi realizada por meio da estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e endividamento, com a finalidade de acompanhar a Recuperanda mensalmente, após o deferimento da sua recuperação judicial, detalhando cenário referente à evolução econômica, do empreendimento.

### 4. METODOLOGIA APLICADA

Este relatório foi elaborado em conformidade com os ditames da NBC T 13 – Da Perícia Contábil, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Para a elaboração deste RMA foram empregados procedimentos técnico-científicos, tais como análises, estudos, observações, levantamentos de dados e informações, mensuração, avaliação, dentre outros, destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato.

### 5. CONJUNTURA ECONÔMICA

A Recuperanda atua no ramo da mineração. Durante o exercício de 2020, o mundo foi impactado pela pandemia do COVID-19, a qual acarretou em diversas medidas de combate ao novo vírus, pautadas, substancialmente, no isolamento social das pessoas e na paralisação de vários setores da economia. No entanto, a Marsil conseguiu manter suas atividades normais de produção adotando medidas importantes de prevenção ao COVID-19, sem que afetasse de forma significativa seu negócio, podendo citar:

- ❖ Afastamento de empregados pertencentes ao grupo de risco;
- ❖ Ajustes nas escalas de refeições para diminuir o número de pessoas no refeitório;
- ❖ Ajustes na escala de transporte, reduzindo a concentração de empregados nos ônibus fretados;
- ❖ Fornecimento de EPI's para higienização e controle da transmissão do vírus, dentre outros.

altus



6. ANÁLISE PATRIMONIAL

6.1. Balanço Patrimonial – Ativo (valores expressos em Reais – R\$)

ATIVO	31.08.2021	V%	30.09.2021	V%
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.743.895	2,1%	1.738.458	2,2%
Contas a receber de clientes	19.337.234	22,9%	15.005.256	18,9%
Estoques	14.838.826	17,6%	17.414.264	21,9%
Impostos e contribuições a recuperar	4.279.702	5,1%	5.753.949	7,2%
Adiantamento a fornecedores	7.636.224	9,1%	2.542.531	3,2%
Bloqueio judicial	545.637	0,6%	545.637	0,7%
Outras contas a receber	90.022	0,1%	78.204	0,1%
Total do ativo circulante	48.471.541	57,5%	43.078.299	54,2%
NÃO CIRCULANTE				
Créditos com partes relacionadas	27.678.244	32,8%	27.734.358	34,9%
Antecipação recebíveis	818.088	1,0%	818.088	1,0%
Depósitos judiciais	44.489	0,1%	44.489	0,1%
Imobilizado, líquido	7.291.188	8,6%	7.860.951	9,9%
Intangível	-	0,0%	-	0,0%
Total do ativo não circulante	35.832.010	42,5%	36.457.887	45,8%
TOTAL DO ATIVO	84.303.551	100,0%	79.536.185	100,0%





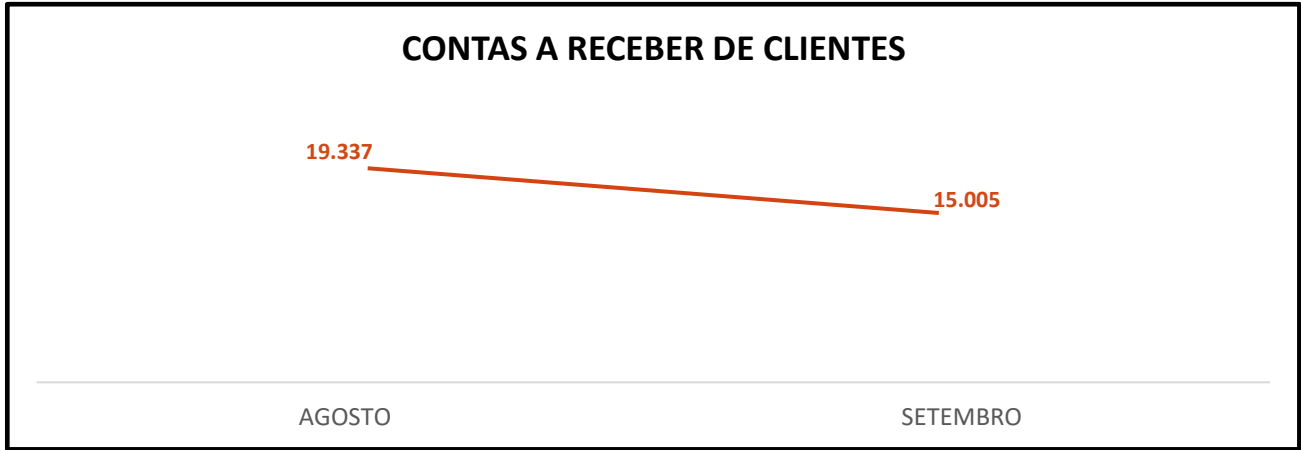
6.1.1 Caixa e equivalentes de caixa (valores expressos em Reais – R\$)

	31.08.2021	30.09.2021
Caixa	5	5
Banco conta corrente	1.743.890	1.738.453
Total caixa e equivalentes de caixa	1.743.895	1.738.458

A Recuperanda mantém nas rubricas “Caixa” e “Bancos” montante suficiente para as despesas imediatas, sendo os excedentes de caixa transferidos para a conta de partes relacionadas. Para evitar bloqueios judiciais em suas contas-correntes, a Recuperanda adota o procedimento de transferir recursos para a conta da parte relacionada Monte Negro Participações. O acumulado no ano de 2021 é de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais).

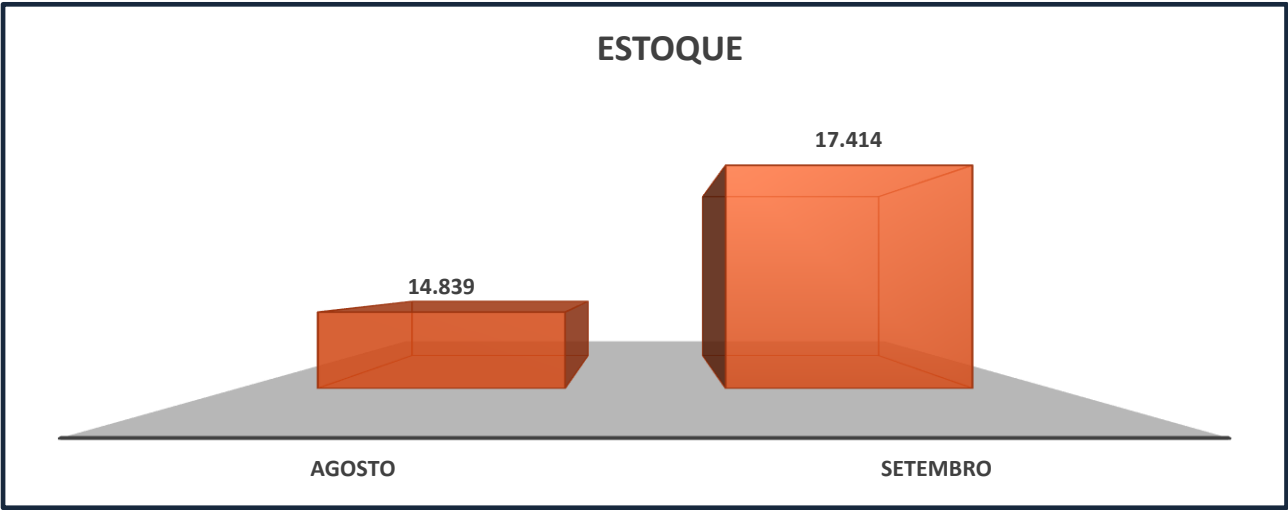
6.1.2 Contas a receber de clientes (valores expressos em Reais – R\$)

No gráfico abaixo é possível constatar que o saldo de contas a receber apresentou redução de 22% (vinte e dois por cento), perfazendo o saldo de R\$ 15.005.256,00 (quinze milhões, cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais). A redução se deve ao fato do encontro de contas do saldo a receber da Ecomining com o saldo de contas a pagar.



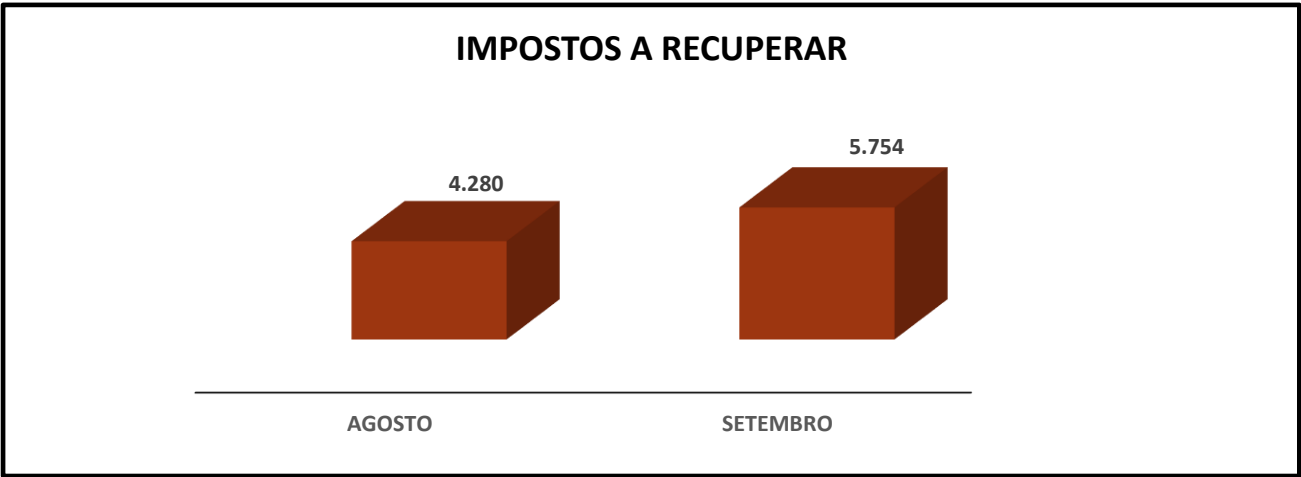
6.1.3 Estoques (valores expressos em Reais – R\$)

Os estoques apresentaram aumento de aproximadamente 17% (dezessete por cento) em relação ao mês de agosto de 2021, totalizando R\$ 17.414.264,00 (dezessete milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e quatro reais). Tal fato decorre do aumento da produção frente ao aumento da demanda dos clientes.



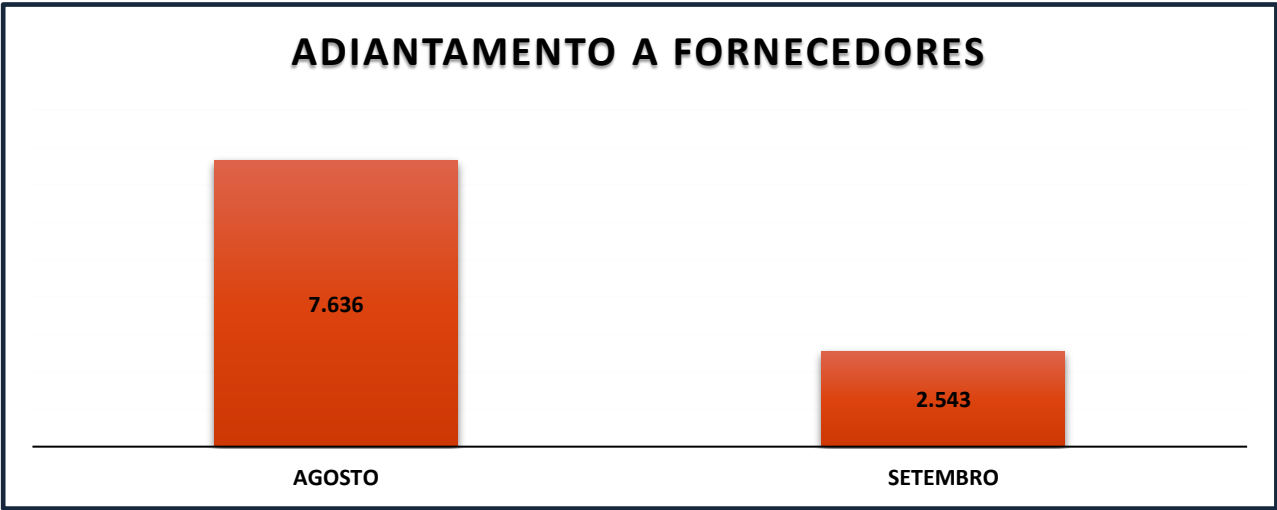
6.1.4 Impostos a recuperar (valores expressos em Reais – R\$)

Os impostos a recuperar apresentaram aumento de 34% (trinta e quatro por cento) em relação ao mês de agosto de 2021, perfazendo saldo de R\$ 5.753.949,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais). Cabe à empresa avaliar se parcela desses créditos tributários deve ser reclassificada para recuperável a longo prazo.



6.1.5 Adiantamento a fornecedores (valores expressos em Reais – R\$)

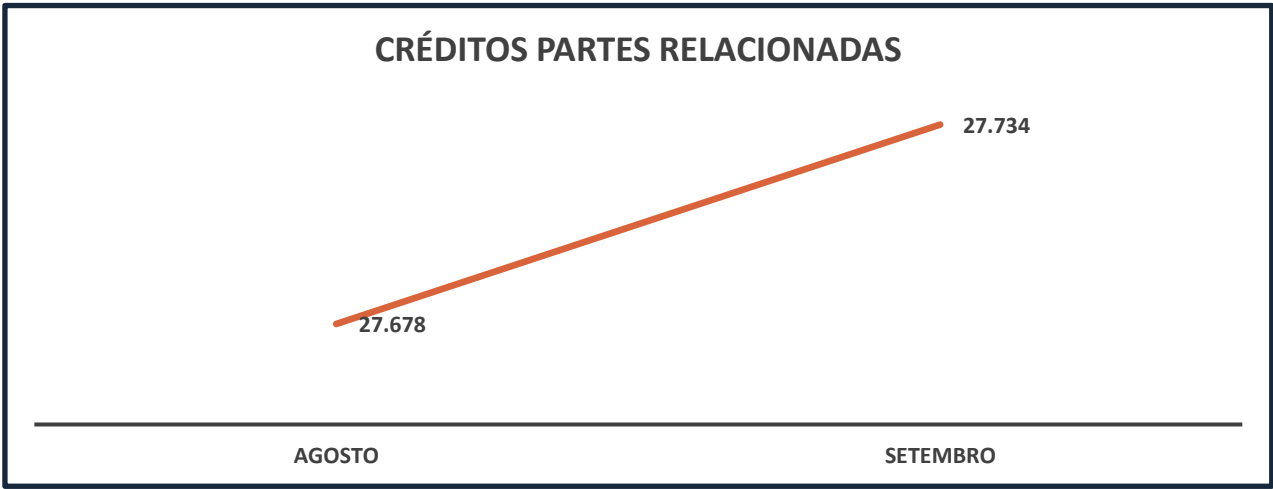
O saldo de adiantamento a fornecedores apresentou queda de 67% (sessenta e sete por cento) em relação ao mês de agosto de 2021, totalizando R\$ 2.542.530,58 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos). Isso se deve ao encontro de contas “Valores a Receber” da Ecomining América Ltda versus o saldo de “Contas a Pagar”.



6.1.6 Créditos com partes relacionadas (valores expressos em Reais – R\$)

	31.08.2021	30.09.2021
BOCAIUVA PARTICIPAÇÕES	1.121.748	1.121.748
MONTE NEGRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	26.556.497	26.556.497
Total Crédito com Partes Relacionadas	27.678.244	27.678.244

A Recuperanda adota como procedimento transferir os recursos financeiros de suas contas-correntes para a conta corrente da parte relacionada Monte Negro Investimentos e Participações, de modo a evitar bloqueios judiciais.



6.1.7 Imobilizado

O saldo total do imobilizado, no montante de R\$ 7.860.951,00 (sete milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e um reais), corresponde à 9,9% (nove vírgula nove por cento) do ativo total da Recuperanda. No mês de setembro de 2021, houve aquisições de máquinas no total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) como estratégia de modernização da operação.



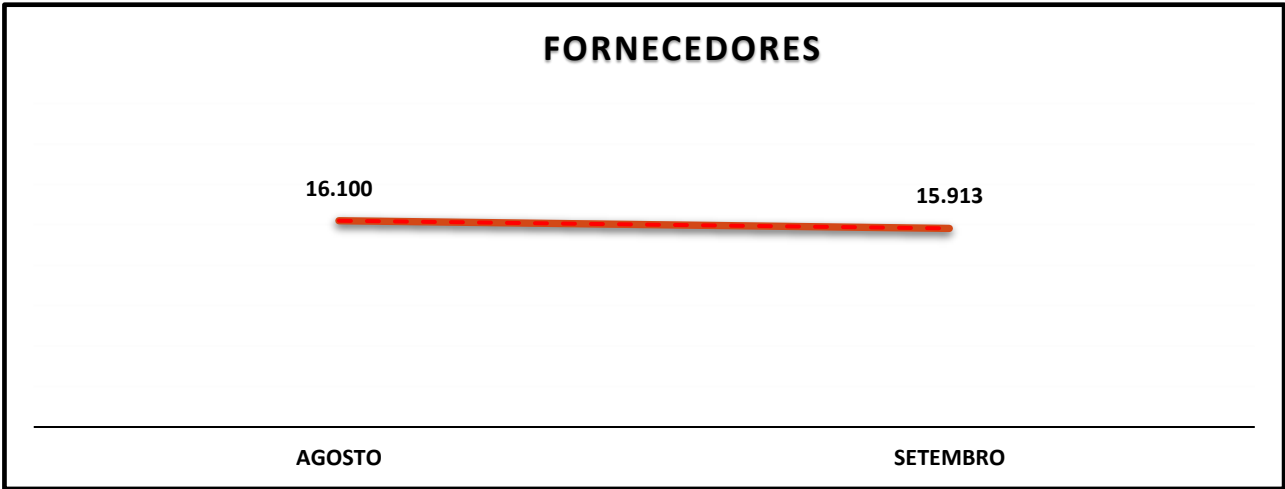
6.2 Balanço Patrimonial – Passivo (valores expressos em Reais – R\$)

<u>PASSIVO</u>	<u>31.08.2021</u>	<u>V%</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>V%</u>
CIRCULANTE				
Fornecedores	16.099.884	19,1%	15.913.079	20,0%
Empréstimos e financiamentos	67.685.797	80,3%	67.686.212	85,1%
Salários e contribuições sociais	1.229.378	1,5%	1.357.804	1,7%
Impostos e contribuições a recolher	2.208.894	2,6%	2.249.417	2,8%
Parcelamentos tributários	1.601.393	1,9%	1.680.838	2,1%
Adiantamento de cliente	5.506.325	6,5%	78.131	0,1%
Processos judiciais	6.677.491	7,9%	6.677.491	8,4%
Imposto de renda e contribuição social	1.627.049	1,9%	1.627.049	2,0%
Outras contas a pagar	971.383	1,2%	971.383	1,2%
Total do passivo circulante	103.607.594	122,9%	98.241.404	123,5%
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos com terceiros (Mlog)	4.042.328	4,8%	4.042.328	5,1%
Parcelamentos tributários	2.017.700	2,4%	2.353.442	3,0%
Outras contas a pagar	1.939.641	2,3%	1.939.641	2,4%
Total do passivo não circulante	7.999.668	9,5%	8.335.411	10,5%
TOTAL DO PASSIVO	111.607.262	132,4%	106.576.814	134,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	300.000	0,4%	300.000	0,4%
Prejuízos acumulados	(27.603.712)	-32,7%	(27.340.629)	-34,4%
Total do patrimônio líquido	(27.303.712) ✓	-32,4%	(27.040.629) ✓	-34,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.303.551 ✓	100,0%	79.536.185 ✓	100,0%



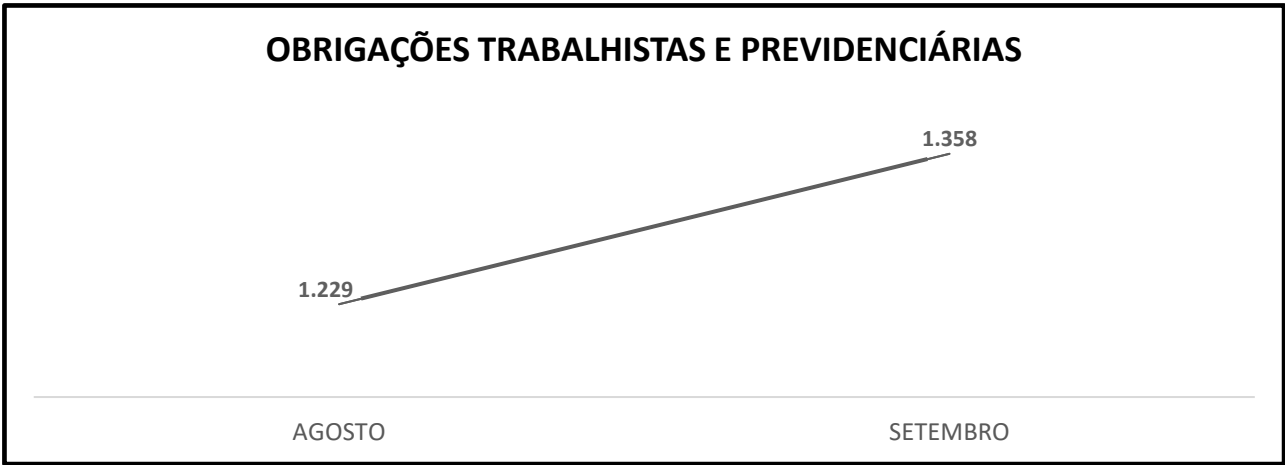
6.2.1 Fornecedores (valores expressos em Reais – R\$)

O saldo da conta “Fornecedores” apresentou redução de 1% (um por cento) em setembro, totalizando R\$ 15.913.079,29 (quinze milhões, novecentos e treze mil, setenta e nove reais e vinte e nove centavos)



6.2.2 Salários e encargos (valores expressos em Reais – R\$)

A rubrica “Salários e encargos” apresentou aumento de 10% (dez por cento) em setembro, perfazendo saldo de R\$ 1.357.804,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quatro reais) e se deve basicamente às provisões de férias e de 13º salário.



6.2.3 Impostos a recolher (valores expressos em Reais – R\$)

	31.08.2021	30.09.2021
IRRF S/ FOLHA	123.500	131.555
ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	17.865	17.192
ISS RETIDO	16.500	15.274
IRRF S/ SERVICOS	9.748	18.297
RETENÇÃO (PIS-COFINS-CSLL) COD 5952	33.515	59.332
CFEM	2.006.915	2.006.915
INSS RETIDO	853	853
Total Impostos a Recolher	2.208.894	2.249.417

Os impostos a recuperar não sofreram variação relevante, perfazendo o saldo de R\$ 2.249.417,20 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte centavos). O saldo principal refere-se ao CFEM que está em processo de conciliação para regularização.



6.2.4 Patrimônio Líquido (valores expressos em Reais – R\$)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/08/2021	300.000	(27.603.712)	(27.303.712)
Resultado do período	-	263.083	263.083
Saldo em 30/09/2021	300.000	(27.340.629)	(27.040.629)

O prejuízo acumulado pela Recuperanda decorre de resultados de exercícios anteriores. O resultado no mês de setembro é positivo, totalizando R\$ 263.083,00 (duzentos e sessenta e três mil, e oitenta e três reais). Já o lucro acumulado em 2021 é de R\$ 40.136.378,00 (quarenta milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e setenta e oito reais).

alttus



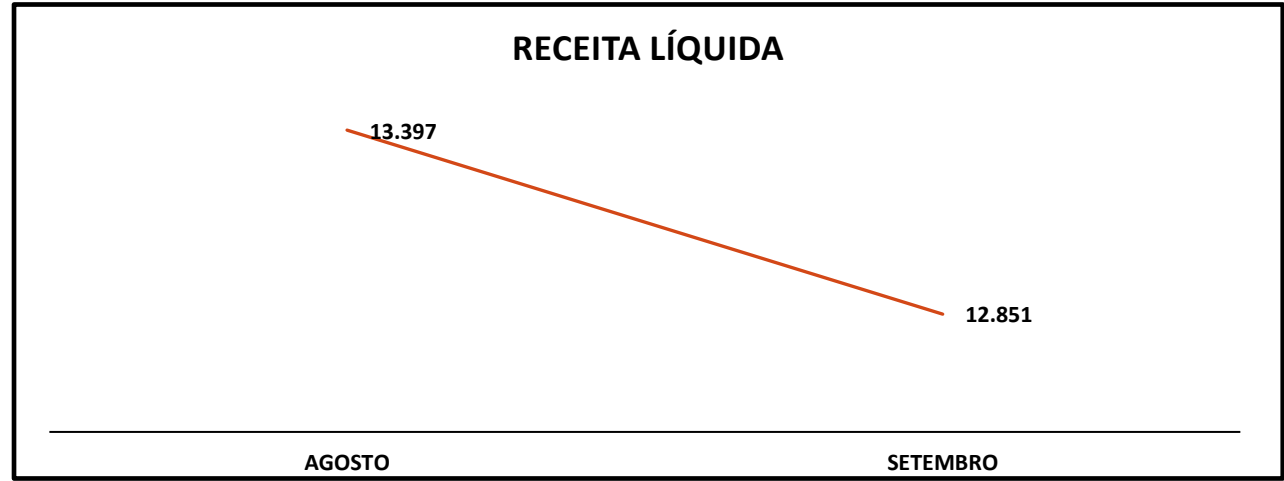


6.3 Demonstração do Resultado do Exercício (valores expressos em Reais – R\$)

	31.08.2021	V%	30.09.2021	V%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.397.039	100,0%	12.850.762	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(7.896.920)	-58,9%	(9.891.574)	-77,0%
LUCRO BRUTO	5.500.120	41,1%	2.959.188	23,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	(1.541.366)	-11,5%	(1.851.660)	-14,4%
EBITDA	3.958.754	29,5%	1.107.528	8,6%
Depreciação e amortização	(94.250)	-0,7%	(94.250)	-0,7%
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	15.096	0,1%	676	0,0%
Despesas financeiras	(585.213)	-4,4%	(750.872)	-5,8%
	(570.118)	-4,3%	(750.196)	-5,8%
LUCRO ANTES DO IR/CS	3.294.386	24,6%	263.083	2,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-		-	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.294.386	24,6%	263.083	2,0%

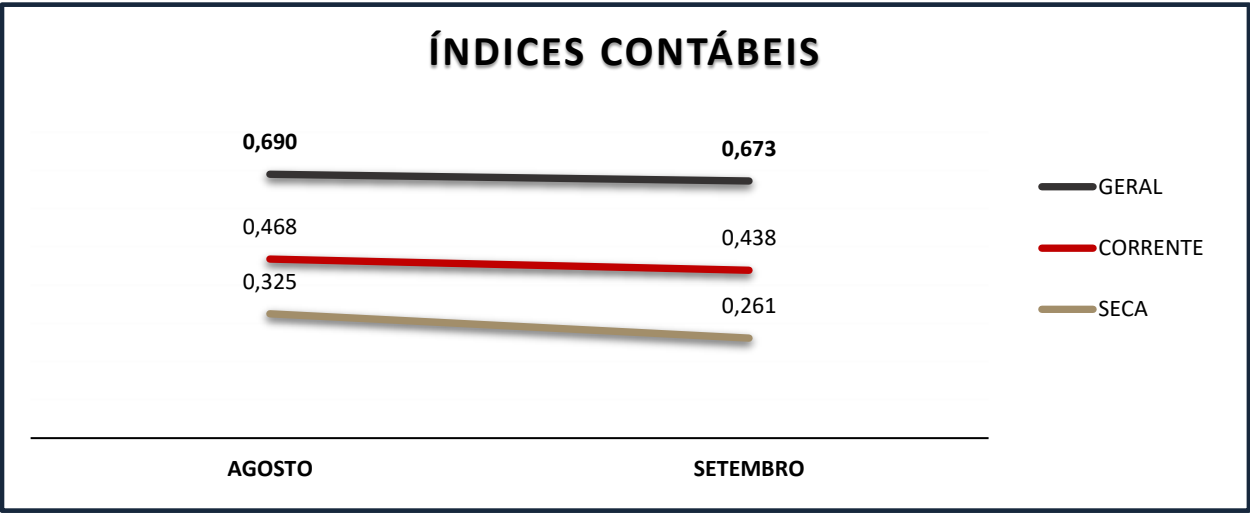
6.3.1. Receita operacional líquida

A receita líquida apresentou queda de 4% (quatro por cento) em setembro, perfazendo saldo de R\$ 12.850.762,00 (doze milhões, oitocentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e dois reais).



7. ANÁLISE FINANCEIRA

	31.08.2021	30.09.2021
Liquidez geral (AC + RLP)/(PC+PNC)	0,690	0,673
Liquidez seca [(AC - Estoque)/PC]	0,325	0,261
Liquidez corrente (AC/PC)	0,468	0,438



Ainda que tenha apresentado evolução no faturamento e na geração de caixa no período, a Recuperanda ainda apresenta índices de liquidez próximos de zero, o que justifica e ratifica a imprescindibilidade do procedimento de recuperação judicial para viabilizar suas atividades empresariais.



8. CRONOGRAMA PROCESSUAL

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
1º VARA CÍVEL DA COMARCA DE CORONEL FABRICIANO/MG		
CRONOGRAMA PROCESSUAL		
PROCESSO N.º:	5004226-62.2019.8.13.0194	
RECUPERANDAS:	MINERACAO MARSIL LTDA - ME	
DATA	EVENTO	LEI. 11.101/05
26/11/2019	Ajuizamento do pedido de recuperação	
10/12/2019	Deferimento do pedido de recuperação	art. 52, inciso I, II, III, IV e V §1º
12/12/2019	Publicação do deferimento no Diário Oficial	
18/12/2019	Publicação do 1º Edital pelo devedor	art. 52, §1º
02/01/2020	Fim do prazo para apresentar habilitação e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, §1º
10/02/2020	Apresentação do plano de recuperação ao juízo (60 dias após a publicação do deferimento da recuperação)	art. 53
13/05/2020	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no Diário Oficial	art. 53, § Único
13/05/2020	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitação/divergências)	art. 7º, §2º
28/05/2020	Aditamento do plano de recuperação judicial	
10/08/2020	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias - após publicação do Edital Art.7º, §2º Único)	art. 8º
28/08/2020	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
27/08/2021	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização do AGC)	art. 36
28/09/2021	1ª Convocação da assembleia geral de credores	art. 36, I
	2ª Convocação da assembleia geral de credores	art. 36, I
	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56 § 1º
07/06/2020	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
	Homologação do PRJ	art. 58
	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após o deferimento de recuperação judicial)	art. 61
	Eventos Ocorridos	



## 9. CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

De acordo com os ditames do *caput* do art. 61, bem como do art. 22, inciso II, alínea “a”, ambos da Lei 11.101 de 2005, é dever do administrador judicial fiscalizar o cumprimento do plano de recuperação judicial e as obrigações ali determinadas.

Nesse sentido, cumpre mencionar as formas de pagamento dos créditos, previstas no plano de recuperação e em seu aditivo, aprovados em assembleia geral de credores.

Em relação à **CLASSE TRABALHISTA**, os créditos salariais limitados a 5 (cinco) salários mínimos, vencidos nos 3 (três) meses anteriores à data do pedido, serão pagos em parcela única até 7 (sete) dias da homologação do plano.

Eventual saldo verificado após o pagamento acima referido será quitado em até 5 (cinco) meses e 14 (quatorze) dias da homologação do plano, nos seguintes termos: até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por credor trabalhista, respeitado o limite de cada crédito trabalhista, em até 14 (quatorze) dias após a homologação da recuperação judicial. Eventual saldo remanescente após o pagamento da quantia mencionada no item anterior será pago em 5 (cinco) parcelas mensais, com o vencimento da primeira no mesmo dia do mês subsequente ao adimplemento da parcela mencionada no item anterior.

Não incidirão quaisquer juros ou correção monetária sobre os créditos trabalhistas entre a data do pedido de recuperação judicial e a data do efetivo pagamento.

Para a **CLASSE GARANTIA REAL**, foi previsto deságio de 90% (noventa por cento) sobre o valor inscrito no quadro geral de credores ou posteriormente reconhecidos por sentença proferida pelo juízo da recuperação. O saldo começará a ser pago em 60 (sessenta) meses a contar da data da homologação e será dividido em 120 (cento e vinte) parcelas iguais, mensais e sucessivas. O crédito será acrescido de correção monetária de acordo com a Taxa Referencial (TR), incidentes desde a homologação do plano até o seu integral adimplemento.

Na **CLASSE QUIROGRAFÁRIA** houve aprovação de deságio de 74,4% (setenta e quatro vírgula quatro por cento) sobre o valor inscrito no quadro geral de credores ou posteriormente reconhecido por sentença, a ser pago em 42 (quarenta e duas) parcelas mensais. O vencimento da primeira parcela ocorrerá 6 (seis) meses após a data de homologação do plano e as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes. As parcelas serão corrigidas em 100% (cem por cento) do CDI, a contar da data de pagamento da primeira parcela.

altus

Em relação à **CLASSE ME E EPP**, o pagamento ocorrerá em até 7 (sete) meses da homologação do plano de recuperação judicial da seguinte forma: pagamento de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por credor, respeitado o limite de cada crédito, em até 30 (trinta) dias após a data da homologação do plano de recuperação judicial. Eventual saldo remanescente após o pagamento da quantia mencionada será pago em 6 (seis) parcelas mensais, com o vencimento da primeira parcela no mesmo dia do mês subsequente. Não incidirão quaisquer juros ou correção monetária sobre os créditos em comento entre o dia do ajuizamento da recuperação judicial e a data do efetivo pagamento.

Para os **CREDORES PARCEIROS FINANCIADORES** houve aprovação do deságio de 74,4% (setenta e quatro vírgula quatro por cento) sobre o crédito, havendo previsão de destinação de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para pagamento proporcional e à vista em até 10 (dez) dias da data da aprovação do plano, aos credores parceiros financiadores. Eventual saldo remanescente será pago em 42 (quarenta e duas) parcelas mensais, iguais e sucessivas. O vencimento da primeira parcela ocorrerá 6 (seis) meses após a data de aprovação do plano de recuperação judicial e as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes.

Destaca-se que, em que pese ter sido aprovado em assembleia geral de credores, o plano de recuperação judicial ainda não foi homologado por este d. juízo. Desta forma, o período de carência para pagamento ainda não se iniciou.

Assim sendo, esta administradora judicial informa que irá fiscalizar o cumprimento das obrigações determinadas no plano tão logo seja homologado, e que assim permanecerá até o prazo estipulado em lei para tal, qual seja, 2 (dois) anos contados da concessão da recuperação judicial.

alttus



## 10. CONCLUSÕES

- A Recuperanda acumulou lucro que totalizou R\$ 40.136.378,00 (quarenta milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e setenta e oito reais) no período de janeiro a setembro de 2021, e seu faturamento líquido no mesmo período foi de R\$ 124.000.000,00 (cento e vinte e quatro milhões de reais).
- A Recuperanda vem investindo na modernização do seu processo produtivo, havendo sido, investidos aproximadamente R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) em máquinas e equipamentos no exercício.
- É importante que a Recuperanda realize planejamento estratégico, financeiro e orçamentário na busca da melhoria dos índices de liquidez e endividamento, que ainda são preocupantes.
- O gerenciamento da necessidade de capital de giro está proporcionando insuficiência de recursos, o que obriga a empresa a encontrar maneiras para solucionar o financiamento de seu ciclo operacional recorrendo a capital de terceiros.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2021

**TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL**

Administradora Judicial

OAB/MG 170.449

  
**LUÍS FELIPE DAGUER BRAGA**

Contador

CRCMG 110.726/O-2

alttus